

MAIS 60 DIAS

FELIPE SAMPAIO/STF



Mendonça
prorroga
inquérito sobre
Banco Master

O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) André Mendonça prorrogou por mais 60 dias o inquérito que apura irregularidades na tentativa de compra do Banco Master pelo Banco de Brasília (BRB). Ele atendeu a um pedido da Polícia Federal (PF), que disse precisar de novas diligências para esclarecer os fatos. "A Polícia Federal requer nova prorrogação de prazo para a realização de diligências reputadas imprescindíveis para o esclarecimento dos fatos. Considerando-se as razões apresentadas pela autoridade de polícia judiciária federal, defiro o pedido, prorrogando o inquérito por mais 60 dias", diz a decisão, que também intimou a Procuradoria-Geral da República (PGR) para se manifestar sobre a prorrogação. Esta é a segunda vez em que o inquérito foi prorrogado. A primeira foi em janeiro, quando o caso ainda era relatado pelo ministro Dias Toffoli. Ele saiu da relatoria após a PF entregar ao Supremo um relatório com citações ao ministro no celular de Daniel Vercaro, dono do Master, que está preso. **PÁGINA 7**

COPOM

Banco Central reduz juros
básicos para 14,75% ao ano

Apesar das tensões em torno da guerra no Oriente Médio, o Banco Central (BC) cortou os juros pela primeira vez em quase dois anos. Por unanimidade, o Comitê de Política Monetária (Copom) reduziu a Taxa Selic, juros básicos da economia, em 0,25 ponto percentual, para 14,75% ao ano. No comunicado, o Copom afirmou que o aumento das

incertezas provocado pelo conflito no Oriente Médio exige mais cautela. O BC não descartou rever o ciclo de baixa, caso seja necessário. "O Comitê reafirma serenidade e cautela na condução da política monetária, de forma que os passos futuros do processo de calibração da taxa básica de juros possam incorporar novas informações. **PÁGINA 2**

COMBUSTÍVEIS



PAULO PINTO/ABRASIL

Governo aperta fiscalização
contra ‘reajustes abusivos’

O ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, disse ontem que o governo federal “não dará trégua” para quem eleve o preço dos combustíveis indevidamente ou pratique “crime contra a economia popular”. Em pronunciamento a jornalistas durante o Leilão de Reserva de Capacidade de Energia, em São Paulo, o ministro informou que ações de fiscalização e também de desoneração foram tomadas para frear o aumento do

preço dos combustíveis no país, afetado pela alta do petróleo no mercado internacional no contexto da guerra no Oriente Médio. “Nós estamos agindo com a Polícia Federal, ANP (Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis), Receita Federal, Senacon [Secretaria Nacional do Consumidor] e sinergizando com os Procons dos estados para que a gente possa fiscalizar (os preços dos combustíveis)", disse. **PÁGINA 3**

BANGU 8

Condenados pela
morte de Marielle
são trazidos ao Rio

O ex- conselheiro do Tribunal de Contas do Tribunal de Contas do Rio (TCE-RJ), Domingos Brazão, um dos condenados pela morte da vereadora Marielle Franco e do motorista Anderson Gomes, já está desde a tarde de ontem no presídio Pedorlino Werling de Oliveira, conhecido como Bangu 8, no Complexo Penitenciário de Gericinó, zona oeste do Rio. Ele foi transferido por determinação do ministro Alexandre de Moraes, do STF. **PÁGINA 6**

CRIANÇAS



RICARDO STUCKERT/ PR

Lula assina decreto
que regulamenta
o ECA Digital

O presidente Lula (**foto**) assinou ontem, decreto que regulamenta a lei do ECA Digital. Sancionada em setembro, a legislação foi criada para proteger crianças e adolescentes na internet. A lei entrou em vigor na terça-feira passada, mas alguns pontos exigiam detalhamento e precisavam ser regulamentados pelo governo federal, o que aconteceu ontem. O presidente da Câmara, Hugo Motta participou da cerimônia de assinatura do decreto no Planalto. **PÁGINA 7**

INDICADORES

IBOVESPA -0,43% / 179.639,91 / -769,82 / Volume: 92.383.620.151 / Negócios: 4.057.809										Bolsas no mundo				Salário mínimo		R\$ 1.621,00		IGP-M		-0,73% (fev.)		EURO turismo					
Mais Negociados				Maiores Altas				Maiores Baixas				Fechamento				Ufir-RJ		Taxa Selic		IPCA		0,56% (fev.)		Compra: 6,0693		Venda: 6,2493	
	Preço	%	Oscil.		Preço	%	Oscil.		Preço	%	Oscil.																
RAIZ4	0,550	-9,84	-0,060	MRSA58	46,00	+23,99	+8,90	ONCO3	1,390	-21,91	-0,390	Dow Jones	46.225,15	-1,63	S&P 500	6.624,7	-1,36	(18/03)	14,75%	(18/03)	14,65%	Compra: 5,2112	+0,33%				
ENEV3	24,35	+15,08	+3,19	ADMF3	23,000	+16,81	+3,310	RVEE3	0,950	-19,49	-0,230	NASDAQ Composite	22.152,42	-1,46	TR			(19/03)	0,1695%	BM&F/grama/RJ	R\$ 816,42	Compra: 5,2451	Venda: 5,2457				
PETR4	47,00	+1,34	+0,62	ARND3	0,800	+15,94	+0,110	OIBR4	1,24	-15,07	-0,22	Nasdaq 100	24.425,094	-1,43	Poupança			(19/03)	0,6703%	EURO Comercial	Compra: 6,0153	Venda: 6,0159	Compra: 5,2543	Venda: 5,4343			
ITSA4	13,37	-0,15	-0,02	ENEV3	24,35	+15,08	+3,19	PLAS3	4,16	-11,86	-0,56	Euronext 100	1.762,87	-0,41													
CPL3	15,20	+5,56	+0,80	MRSA68	44,00	+12,82	+5,00	FICT3	0,45	-10,00	-0,05	CAC 40	7.969,88	-0,06													

MERCADOS



Bolsa se curva à piora em NY e cai 0,43%, aos 179,6 mil pontos

LUÍS EDUARDO LEAL/AE

Em tarde de deliberação sobre juros dos EUA em linha com o esperado, a Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) conseguia manter o sinal positivo pelo terceiro dia, ainda que em grau inferior ao das sessões anteriores, mas perdeu força, em direção ao campo negativo no fechamento, acompanhando a piora vista em Nova York.

Ontem, oscilou entre mínima de 179.575,91 e máxima de 181.550,83 (+0,63%), tocada no minuto que precedeu a decisão do Fed, tendo iniciado a sessão aos 180.408.53 pontos. Ao fim, marcava 179.639,91 pontos, em baixa de 0,43%. Na semana, o Ibovespa avança 1,12%, com perdas no mês ainda a 4,85%. No ano, sobe 11,49%.

O Comitê Federal de Mercado Aberto (FOMC) do Federal Reserve manteve a taxa dos Fed Funds na faixa entre 3,50% e 3,75% ao ano, segundo comunicado divulgado no período da tarde que precede a decisão, ainda nesta quarta, do Comitê de Política Monetária (Copom) do BC brasileiro. A manutenção da taxa de referência americana era amplamente esperada por analistas. Contudo, a decisão não foi unânime, uma vez que o diretor Stephen Miran votou por um corte de 25 pontos-base. O Fed manteve a taxa sobre compulsórios em 3,65% e a taxa de desconto em 3,75%.

No fechamento, as principais referências de ações em Nova York mostravam perdas de 1,63% (Dow Jones), 1,36% (S&P 500) e 1,46% (Nasdaq). O Brent manteve alta de quase 4% em Londres, a US\$ 107 por barril. Assim, Petrobras teve avanço de 1,77% (ON) e de 1,34% (PN) no encerramento na B3, contribuindo para mitigar perdas do índice.

Principal papel do Ibovespa, Vale ON caiu 2,32% e as perdas entre os maiores bancos, que eram contidas nesta quarta-feira, pioraram também em linha com Nova York, chegando a 1,5% (Santander Unit) no fechamento, com ações como Itaú, Bradesco e Banco do Brasil mostrando perdas de ao menos 1% no encerramento, coincidindo em parte dos casos com a mínima do dia. Na ponta ganhadora, Eneva (+15,08%), Copel (+5,56%), Prio (+5,33%) e MBRF (+2,47%). No lado oposto, Hapvida (-4,76%), Yduqs (-4,62%), CSN (-4,42%) e Azzas (-3,18%).

DÓLAR

Após duas sessões consecutivas de baixa, com desvalorização acumulada de 2,19%, o dólar à vista encerrou ontem, em alta de 0,9%, a R\$ 5,2468, na máxima do dia. A moeda americana ganhou força lá fora após declarações cautelosas do presidente do Federal Reserve, Jerome Powell, esfriarem as apostas em torno da retomada de cortes de juros nos EUA.

SEGURO

Agricultores com perda de produção começam receber Garantia-Safra

LUCIANO NASCIMENTO/ABRASIL

O governo federal divulgou, ontem, a portaria que autoriza o pagamento do benefício do programa Garantia-Safra, referente ao ano 2024-2025, para agricultores familiares do Amazonas e dos estados do Nordeste e do Norte de Minas Gerais.

Nesta primeira etapa, serão contemplados mais de 685 mil agricultores familiares, distribuídos em 934 municípios de 11 estados.

O benefício, de R\$ 1,2 mil, será pago em parcela única. O pagamento começa em março e ocorre na mesma data do calendário do Bolsa Família.

O Garantia-Safra é um programa de seguro destinado a pequenos agricultores com renda de até 1,5 salário-mínimo, que cultivam feijão, milho ou mandioca em áreas de 0,6 a 5 hectares e com o Cadastro da Agricultura Familiar (CAF) ativo e atualizado.

O pagamento é feito aos agricultores com perda comprovada de pelo menos 40% a 50% da produção, em razão do fenômeno da estiagem ou do excesso hídrico e que aderiram ao programa.

O benefício pode ser solicitado via aplicativo CAIXA Tem, lotéricas ou agências da Caixa.

Os agricultores com alguma pendência ou imprecisões cadastrais têm até 30 dias para regularizar a situação e, posteriormente, receber o benefício. A consulta pode ser feita no site do Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar (MDA).

O Garantia-Safra é vinculado ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), com a finalidade de assegurar condições mínimas de sobrevivência aos agricultores familiares cujas produções sejam sistematicamente afetadas por perdas decorrentes de estiagem ou excesso hídrico a (Confaz).

COPOM

WELLTON MÁXIMO/ABRASIL

Apesar das tensões em torno da guerra no Oriente Médio, o Banco Central (BC) cortou os juros pela primeira vez em quase dois anos.

Por unanimidade, o Comitê de Política Monetária (Copom) reduziu a Taxa Selic, juros básicos da economia, em 0,25 ponto percentual, para 14,75% ao ano. A decisão era esperada pelo mercado financeiro.

No comunicado, o Copom afirmou que o aumento das incertezas provocado pelo conflito no Oriente Médio exige mais cautela. O BC não descartou rever o ciclo de baixa, caso seja necessário.

"O Comitê reafirma serenidade e cautela na condução da política monetária, de forma que os passos futuros do processo de calibração da taxa básica de juros possam incorporar novas informações que aumentem a clareza sobre a profundidade e a extensão dos conflitos no Oriente Médio, assim como seus efeitos diretos e indiretos sobre o nível de preços ao longo do tempo", destacou o texto.

Desde junho do ano passado, a Selic estava em 15% ao ano. A

última vez em que o Copom tinha reduzido os juros tinha sido em maio de 2024, quando a Selic passou de 10,75% para 10,5% ao ano. Em setembro do mesmo ano, a taxa começou a ser elevada, até chegar aos 15% atuais.

INFLAÇÃO

A Selic é o principal instrumento do Banco Central para manter sob controle a inflação oficial, medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). Em fevereiro, o IPCA acelerou para 0,7%, pressionado pelas mensalidades escolares. Mesmo com a alta, o indicador ficou em 3,81% no acumulado de 12 meses, abaixo de 4% pela primeira vez desde maio de 2024.

Pelo novo sistema de meta contínua, em vigor desde janeiro deste ano, a meta de inflação que deve ser perseguida pelo BC, definida pelo Conselho Monetário Nacional, é de 3%, com intervalo de tolerância de 1,5 ponto percentual para cima ou para baixo. Ou seja, o limite inferior é 1,5% e o superior é 4,5%.

No modelo de meta contínua, a meta passa a ser apurada mês a mês, considerando a inflação acumulada em 12 meses.

Em março de 2026, a inflação

COMBUSTÍVEIS

RAFAEL CARDOSO/A BRASIL

A presidente da Petrobras, Magda Chambriard (**foto**), disse ontem que a suspensão do leilão de diesel e gasolina que seria nesta semana está diretamente ligada à necessidade de reavaliar estoques. O mercado internacional de petróleo e derivados vive um cenário de incertezas por causa do conflito no Oriente Médio.

Segundo Chambriard, a decisão foi tomada após a empresa antecipar entregas de combustíveis e identificar risco de desequilíbrio no abastecimento.

"Nós suspendemos o leilão, primeiro, porque há necessidade de reavaliar a todo momento o estoque disponível para que não entreguemos tudo em um dia e falte no dia seguinte", disse Magda.

"Nós adiantamos entre 10% e 15% das nossas entregas de combustíveis. Mas as condições não permitiam mais que fizéssemos isso, sob risco de penalizar novamente a sociedade, que a gente procura resguardar das ansiedades e da volatilidade do mercado internacional", complementou.

Na semana passada, a Petrobras anunciou o aumento de R\$ 0,38 no litro do diesel A, vendido por suas refinarias para as distribuidoras, que executam a mistura obrigatória com biodiesel e enviam o combustível aos postos de revenda.

A presidente da estatal participou ontem de uma cerimônia no Rio de Janeiro em que foi firmado acordo para garantir a sede do futuro Museu do Petróleo e Novas Energias, que será no antigo prédio do Automóvel Club do Brasil, no centro da cidade.



FERNANDO FRAZÃO/ABRASIL

No evento, Magda Chambriard também confirmou ter havido problemas com embarcações que deveriam ter atracado no país com derivados de petróleo. Segundo ela, a Petrobras monitorou seis navios de terceiros que estavam a caminho do Brasil, chegaram perto de portos brasileiros e tiveram seus destinos desviados.

"Não podemos garantir que tenham sido desviados em função de melhores oportunidades de venda em algum lugar do mundo. Isso não nos compete. O que nos compete é que todos os nossos compromissos assumidos estão sendo entregues regularmente", disse Magda.

IMPACTO DA GUERRA

A decisão ocorre em meio à escalada de tensões no Oriente Médio, especialmente na região do Estreito de Ormuz, por onde passa uma parcela significativa

desde abril de 2025 é comparada com a meta e o intervalo de tolerância. Em abril de 2026, o procedimento se repete, com apuração a partir de maio de 2025. Dessa forma, a verificação se desloca ao longo do tempo, não ficando mais restrita ao índice fechado de dezembro de cada ano.

No último Relatório de Política Monetária, divulgado no fim de dezembro pelo Banco Central, a autoridade monetária diminuiu para 3,5% a previsão do IPCA para 2026, mas a estimativa será revista, por causa do comportamento do dólar e da inflação. A próxima edição do documento, que substituiu o antigo Relatório de Inflação, será divulgada no fim de março.

As previsões do mercado estão menos otimistas. De acordo com o boletim Focus, pesquisa semanal com instituições financeiras divulgada pelo BC, a inflação oficial deverá fechar o ano em 4,1%, abaixo do teto da meta. Há um mês, antes do início da guerra no Oriente Médio, as estimativas do mercado estavam em 3,95%.

CRÉDITO MENOS CARO

A redução da taxa Selic impulsiona a economia. Isso por-

que juros mais baixos barateiam o crédito e estimulam a produção e o consumo. Por outro lado, taxas menores dificultam o controle da inflação. No último Relatório de Política Monetária, o Banco Central manteve em 1,6% a previsão de crescimento da economia em 2026.

O mercado projeta crescimento um pouco melhor. Segundo a última edição do boletim Focus, os analistas econômicos preveem expansão de 1,83% do PIB em 2026.

A taxa básica de juros é usada nas negociações de títulos públicos no Sistema Especial de Liquidação e Custódia (Selic) e serve de referência para as demais taxas de juros da economia. Ao reajustá-la para cima, o Banco Central segura o excesso de demanda que pressiona os preços, porque juros mais altos encarecem o crédito e estimulam a poupança.

Ao reduzir os juros básicos, o Copom barateia o crédito e incentiva a produção e o consumo, mas enfraquece o controle da inflação. Para cortar a Selic, a autoridade monetária precisa estar segura de que os preços estão sob controle e não correm risco de subir.

consumido, o que aumenta a vulnerabilidade em momentos de crise global. Parte desse volume é trazida por agentes privados, cuja atuação pode variar conforme condições de mercado.

"Por que isso acontece? Porque o Estado brasileiro, em um determinado momento, decidiu que a Petrobras não ficaria sozinha nesse mercado. Decidiu, por exemplo, que nós tínhamos que vender a BR Distribuidora. Decidiu que a importação deveria ser mais forte. Uma série de decisões que funcionam em momento de estabilidade, mas, em momentos de crise, exacerbam suas fraquezas", disse a presidente.

REDUÇÃO DE IMPOSTOS

Para conter a alta do combustível, o governo federal anunciou a suspensão das alíquotas do PIS e da Confins sobre a importação e comercialização do diesel.

De acordo com cálculos do Ministério da Fazenda, a suspensão dos impostos federais representa alívio de R\$ 0,32 por litro no preço do diesel. Além disso, o governo assinou medida provisória (MP) com subvenção ao diesel para produtores e importadores.

O governo federal também propôs nesta quarta-feira que estados e o Distrito Federal zerem temporariamente o Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) sobre a importação de diesel. Em contrapartida, a União se compromete a compensar 50% da perda de arrecadação.

A medida foi apresentada pelo secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Dario Durigan, durante reunião do Conselho Nacional de Política Fazendária.



PATRIOTISMO

Hino Nacional obrigatório nas escolas públicas e privadas

FABIO RODRIGUES POZZEBOM/ABRASIL



O governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos) (**foto**), sancionou na terça-feira passada, o projeto de lei que torna obrigatória a execução semanal do Hino Nacional em todas as escolas públicas e privadas de ensino fundamental e ensino médio no Estado.

A proposta, na prática, altera e atualiza a lei de 15 de março de 1990, assinada pelo então governador Orestes Quércia, que acabou deixando de ser cumprida.

O texto retira a necessidade dos estabelecimento de ensino de hastear a bandeira, mas mantém a obrigatoriedade do Hino uma vez por semana, preferencialmente às sextas-feiras, antes do início das atividades curriculares.

Não está claro, entretanto, de que forma será feita a fiscalização e quais medidas serão tomadas em caso de descumprimento. A reportagem entrou em contato com o governo estadual e aguarda retorno.

O Estadão também procurou o Sindicato dos Estabelecimentos de Ensino no Estado de São Paulo e a Secretaria da Educação.

METRÔ

Passageiros surdos terão atendimento em Libras por videochamada

Os passageiros surdos que utilizam o Metrô de São Paulo passarão a contar, a partir desta quarta-feira, com um novo recurso de acessibilidade para facilitar o atendimento nas estações: videochamadas ao vivo, gratuitas, com intérpretes do programa São Paulo São Libras, do Governo de São Paulo, lançada em 2023 que garante a pessoas surdas autonomia e tranquilidade em serviços públicos estaduais. A iniciativa é uma parceria entre o Metrô de São Paulo e a Secretaria dos Direitos da Pessoa com Deficiência (SEDPeD).

Nesta primeira fase, o atendimento vai estar disponível nas linhas 1-Azul, 2-Verde, 3-Vermelha e 15- Prata do Monotrilho, em um total de 63 estações que transportam diariamente cerca de 3,2 milhões de passageiros. Até o final de março, o serviço deve ser expandido para as estações da futura Linha 17-Ouro. Com a novidade, quando um passageiro surdo precisar de informações ou atendimento nas estações, será possível acionar o sistema por meio de QR Codes afixados nas estações, próximos a SSO ou linha de bloqueios, e iniciar uma chamada com um intérprete de Libras. O profissional fará a mediação da comunicação entre o passageiro e o funcionário do Metrô, traduzindo a conversa entre Libras e português em tempo real.

“É um marco histórico no estado de São Paulo, que revoluciona a rotina das pessoas surdas, permitindo a comunicação direta em Libras. Consiste numa iniciativa que não apenas abre portas para a comunidade surda, mas também representa um avanço significativo na busca por uma sociedade mais inclusi-

Ainda de acordo com o projeto, a execução também deverá ser realizada, todos os anos, no dia útil imediatamente anterior a 7 de setembro. A unidade escolar poderá alterar a data da semana para a execução do Hino, considerando o cronograma escolar e as demandas da respectiva unidade, "desde que respeitada a obrigatoriedade semanal de execução."

O PL foi proposto pelos deputados Lucas Bove (PL), Tomé Abduch (Republicanos), Gil Diniz Bolsonaro (PL), Major Mecca (PL) e Dirceu Dalben (PSD) em novembro de 2023.

No documento, os autores alegam que o costume foi perdido nas últimas décadas e que os jovens "atualmente sequer têm conhecimento da letra do Hino e de seu verdadeiro sentido."

Ainda de acordo com o texto, a medida tem como objetivo "resgatar os valores cívicos do patriotismo, da identidade nacional e do respeito aos símbolos nacionais, em cumprimento à legislação federal vigente."

FEMINICÍDIO

MALU MÔES/AE

A Secretaria de Segurança Pública de São Paulo afirmou ontem, ter provas de que a soldado Gisele Alves Santana, de 32 anos, foi morta. O tenente-coronel Geraldo Leite Rosa Neto, de 53 anos, foi preso preventivamente ontem de manhã por feminicídio. A instituição também disse ter provas de que ele alterou o local do crime para forjar que a vítima teria cometido suicídio.

"As investigações constataram inconsistências significativas contra a conduta de Geraldo Neto após o disparo da arma até a formalização da ocorrência, o que compromete a credibilidade da sua versão. As provas periciais médico-legais indicam a inviabilidade da hipótese de suicídio, além de apontar indícios de alteração no local do crime", disse o secretário da Segurança, Osvaldo Nico Gonçalves.

"Hoje, a gente pode concluir que a hipótese de suicídio está afastada e que tem indícios contundentes de que ele fez a alteração do local. Isso é o que levou ao pedido da prisão", completou Dênis Saito, delegado do 8º DP, responsável pela investigação.

De acordo com a polícia, a prisão ocorreu dentro do prazo de 30 dias e após a constatação de provas. O oficial foi conduzido por equipes da Polícia Civil ao 8º DP e deve ser encaminhado ao Presídio Militar Romão Gomes, unidade destinada a integrantes da corporação, onde permanecerá à disposição da Justiça.

"A nossa intenção é a promoção da justiça, a busca incessante da verdade real. E é isso que aconteceu nesse caso. Obviamente, a Polícia Militar sai maculada disso, porque um de seus integrantes está preso preventivamente acusado de feminicídio. Mas a gente corta na própria carne para de-

monstrar que não há diferenças quanto ao autor, principalmente em delitos como esse, voltados à violência contra a mulher. Não é motivo de orgulho isso, é o cumprimento do dever, e nosso dever vem em primeiro lugar", afirmou em coletiva de imprensa o comandante-geral da PM, José Augusto Coutinho.

O pedido de prisão foi fundamentado na necessidade de garantir a integridade do processo. Segundo as autoridades, a liberdade do tenente-coronel representava um risco direto para a elucidação do caso.

A Justiça de São Paulo determinou no dia 10 de março que a polícia investigasse a morte da policial como feminicídio.

SUICÍDIO DESCARTADO

Segundo Geraldo Neto, a esposa teria tirado a própria vida dentro de casa no dia 18 de fevereiro, momentos depois de uma discussão na qual ele teria proposto a separação do casal. Na versão do policial, ele estava no banho no início da manhã daquele dia quando ouviu o barulho de um disparo e, em seguida, encontrou Gisele já baleada no chão.

Em entrevista à TV Record, Geraldo Neto falou sobre o caso e negou ter matado Gisele. "Eu estava no banho e escutei um barulho forte. Não desliguei o chuveiro, apenas abri o box. Quando eu abri o box, eu abri um pedacinho da porta. Achei que ela estivesse em pé na porta do banheiro querendo falar comigo. Quando eu abri a porta, deu pra ver. Ela estava caída no meio da sala com a cabeça no chão. Tinha uma poça de sangue se formando ao lado da cabeça. Foi a cena mais traumática... a pior cena que já vi em toda a minha vida", afirmou.

O laudo da exumação do soldado aponta que ela sofreu lesões "contundentes" no pescoço. Na versão do marido, ela teria come-

tido suicídio após uma discussão entre os dois.

"Existiram lesões na face e região cervical. São lesões contundentes por meio de pressão digital e escoriação compatível com estigma ungueal" (causadas pela unha), aponta o laudo, ao qual o Estadão teve acesso. O documento indica ainda que não foram observadas lesões típicas de defesa.

Quando questionado se Geraldo Neto havia sido o responsável pelas marcas no pescoço da vítima, o delegado Dênis Saito respondeu apenas que esta era "uma questão sensível, que está sob sigilo".

Segundo Neto, as marcas no pescoço da vítima podem ter sido causadas pela filha de Gisele, uma criança de sete anos, durante um passeio.

"São marcas recentes. Para saber sobre o autor das marcas, são necessários exames complementares a partir da análise desses vestígios. Então, por ora, a gente não consegue dizer quem fez, mas foram feitas por uma segunda pessoa, não por ela", afirmou Amanda Rodrigues Marinone, perita criminal responsável pelo caso. Apesar disso, não há indícios de asfixia.

"A princípio, não há indício de premeditação do crime. Aparentemente trata-se de crime violento causado pela emoção do momento", afirmou o delegado Dênis Saito.

Polícia aponta que limpeza do apartamento por agentes da PM foi 'ato humanitário'

O corregedor da PM, Alex dos Reis Asaka, negou que as três policiais mulheres encarregadas de limpar o apartamento onde Gisele foi morta tivessem a intenção de interferir na cena do crime. Elas estiveram no local após as autoridades liberarem o espaço.

"As policiais fizeram a limpeza por uma questão de humanidade. No primeiro momento, a no-

tícia que se tinha era de um suicídio. A polícia já tinha passado e liberado o local do crime. Então, não havia empecilho legal e técnico para que não fosse feita a limpeza. Em momento algum, essa limpeza foi feita no sentido de suprimir qualquer tipo de prova", disse o corregedor.

As agentes foram designadas a realizar a limpeza pela própria polícia. O corregedor refutou que a tarefa tenha sido um desvio de função. Também disse que o pedido de limpeza não foi solicitado por Geraldo Neto.

"Partindo do pressuposto de que era um suicídio e o local de crime já estava liberado, então não havia problema nenhum a gente prestar esse apoio para a família do policial militar", afirma Asaka. "Toda vez que acontecer esse tipo de coisa, onde a gente perceber que é possível minimizar a dor das pessoas, a Polícia Militar vai, de forma humanitária, ajudar."

Polícia não avalia envolvimento de desembargador.

Segundo as investigações, o desembargador Marco Antônio Pinheiro Machado Cogan não interferiu na cena do crime. O magistrado é amigo de Geraldo Neto e esteve na cena do crime momentos após a chegada da polícia.

Neto ligou para o desembargador logo depois da morte. O magistrado esteve no apartamento quando os socorristas ainda estavam no local.

"O desembargador não interferiu na cena do crime, ele estava lá como um amigo de Geraldo Neto", afirmou o corregedor da PM, Alex dos Reis Asaka.

"Tinham inúmeros policiais na cena com câmeras corporais. Foram horas e horas de análises das gravações, e realmente não tem nada. Não houve nenhum comportamento atípico", afirmou o delegado Dênis Saito.

ECONOMIA PAULISTA

Mulheres têm rendimento recorde; veja como conseguir emprego pelos PATs

A presença feminina na economia paulista tem crescido: mais de 11 milhões de mulheres estão trabalhando no estado, um crescimento de mais de 3% em relação à 2023, segundo dados do IBGE. Além disso, as mulheres terminaram o ano de 2025 com maior rendimento médio mensal real em 13 anos: R\$ 3.599.

Nesse contexto, os Postos de Atendimento ao Trabalhador

(PATs), da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, amplia acesso das trabalhadoras ao mercado de trabalho. A iniciativa conecta candidatas a empresas e processos seletivos em diversas regiões.

Além do atendimento presencial nas unidades, os PATs também promovem feirões de emprego com entrevistas presenciais e seleção direta pelas

empresas, aproximando trabalhadoras das oportunidades disponíveis. Neste mês de março, diversas ações desse tipo foram realizadas em unidades do Estado, incluindo o PAT do Imigrante, no centro da capital, que contou com mais de 300 vagas abertas.

Entre as candidatas que compareceram ao feirão está Maria Eduarda da Silva, moradora da capital, que acaba de completar 18 anos e procurou o serviço em

busca do primeiro emprego em uma rede de mercados.

“Eu achei o atendimento no PAT ótimo, eles não deixam a gente ficar com dúvidas. É muito bom participar dos feirões com entrevistas e seleção profissional, porque já falamos direto com as empresas. Eu vim para uma vaga específica e acabei me candidatando a outra oportunidade que a recrutadora encontrou no sistema na hora”, explica Maria Eduarda.

CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO
CNPJ: 41.811.375/0001-19 - NIRE: 353.0057653-5

EDITAL DE 1ª (PRIMEIRA) CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA GERAL DE TITULARES DE CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA SÉRIE ÚNICA DA 101ª (CENTÉSIMA PRIMEIRA) EMISSÃO DE CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

Ficam convocados os titulares de certificados de recebíveis imobiliários ("CRI" e "Titulares dos CRI", respectivamente) da 101ª (centésima primeira) emissão de certificados de recebíveis imobiliários, em série única, da CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO ("Emissora"), nos termos da Cláusula 11 do "Termo De Securitização De Créditos Imobiliários Para Emissão De Certificados De Recebíveis Imobiliários Da Série Única Da 101ª Emissão Da Canal Companhia De Securitização, Lastreados Em Créditos Imobiliários Devidos Pela AI Bodytech Participações S.A." conforme aditado ("Termo de Securitização"), nos termos da Resolução nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), no que couber, a reunirem-se em Assembleia Geral de Titulares dos CRI ("AGT"), em 1ª (primeira) convocação, a realizar-se no dia 08 de abril de 2026, às 15:00 horas, de modo exclusivamente digital, inclusive para fins de contabilização de votos, sem a possibilidade de participação presencial. A AGT será realizada por meio de videoconferência na plataforma digital Microsoft Teams, cujo acesso será liberado de forma individual após devida habilitação do Titular do CRI, conforme previsto neste Edital. A AGT será instalada a fim de deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: (i) Aprovar a concessão de *waiver*, a fim de não configurar um Evento de Vencimento Antecipado Não-Automático, conforme a Cláusula 6.5.2, item (o), do Termo de Securitização, bem como a Cláusula 6.1.2, item (o), do "Termo De Emissão De Notas Comerciais, Com Garantia Fidejussória, Com Garantia Adicional Real, Em Série Única, Para Colocação Privada, Da AI Bodytech Participações S.A." ("Notas Comerciais"), exclusivamente em razão do eventual descumprimento dos *covenants* financeiros, de acordo com as Cláusulas referidas acima para o exercício social findo em 31/12/2025; (ii) Aprovar a concessão de *waiver*, a fim de não configurar um Evento de Vencimento Antecipado Não-Automático, conforme a Cláusula 6.5.2, item (j), do Termo de Securitização, bem como a Cláusula 6.1.2, item (j), das Notas Comerciais, em razão do descumprimento da obrigação não pecuniária do envio da Destinação de Recursos, referente ao 2º (segundo) semestre de 2025, conforme a Cláusula 2.9.3, do Termo de Securitização, bem como a Cláusula 3.6.3, das Notas Comerciais; (iii) Caso aprovado o item "ii" acima, conceder o prazo adicional de 30 (dias), a contar da formalização da presente ata, para o envio da Destinação de Recursos; e (iv) A autorização para que a Securitizadora e o Agente Fiduciário possam praticar todos os atos, bem como firmar todos e quaisquer documentos necessários à realização, formalização e efetivação das deliberações previstas na ata. Instruções Gerais: A AGT será realizada de modo exclusivamente digital, de modo que solicitamos que os documentos de representação sejam enviados preferencialmente em até 2 (dois) dias úteis antes da data de realização da AGT para o e-mail agente.fiduciario@oslodtym.com, com cópia para o e-mail juridico@canalsecuritizadora.com.br, indicando no assunto "Documentos para AGT - CRI BODYTECH 101", observando o disposto na CVM 60, e conforme documentação abaixo: a) quando pessoa física: cópia digitalizada de identidade com foto; b) quando pessoa jurídica: (i) último estatuto, regulamento ou contrato social consolidado, devidamente registrado na junta comercial competente; (ii) documentos comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (c) documentos de identidade com foto dos representantes legais; c. quando Fundos de Investimentos: (a) último regulamento consolidado; (b) último estatuto ou contrato social consolidado devidamente registrado na junta comercial competente, do administrador ou gestor, observando a política de voto do fundo e os documentos comprobatórios de poderes em assembleia geral; (c) documentos societários comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (d) documentos de identidade com foto dos representantes legais; e d. quando representado por procurador: caso qualquer Titular de CRI indicado nos Itens acima venha a ser representado por procurador, além dos documentos indicados anteriormente, deverá ser encaminhada a procuração com os poderes específicos de representação na AGT. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer o seu direito de voto, sem necessidade de ingressar na videoconferência, enviando a correspondente Instrução de Voto à distância à Emissora, com cópia para o Agente Fiduciário. Encontram-se à disposição dos Srs. Titulares de CRI, nas páginas da Securitizadora (<https://www.canalsecuritizadora.com.br>) e da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br) - Sistema Fundos.NET, bem como na sede da Securitizadora, os documentos necessários para deliberação da ordem do dia, bem como as informações acerca do envio dos documentos comprobatórios de representação e demais instruções e formulários referentes ao sistema e formato da AGT. Os termos ora utilizados em letras maiúsculas e aqui não definidos terão significados a eles atribuídos no Termo de Securitização e nos demais Documentos da Operação (conforme definido no Termo de Securitização).

São Paulo, 17 de março de 2026

CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO
Nathalia Machado Loureiro - Diretora

CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO
CNPJ/MF nº 41.811.375/0001-19 - NIRE 353.0057653-5

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DA ASSEMBLEIA ESPECIAL DOS TITULARES DE CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS, EM DUAS SÉRIES, DA 88ª EMISSÃO DE CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO.

Ficam convocados os titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 1ª e 2ª Séries da 88ª Emissão da CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO, sociedade por ações com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. Brigadeiro Faria Lima 1234, 4º andar, CEP 01451.001, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJ/ME") sob o nº 41.811.375/0001-19, neste ato representada nos termos de seu estatuto social ("Titulares dos CRI", "CRI", "Emissão" e "Securitizadora" ou "Emissora", respectivamente), em consonância com o disposto na cláusula 11 "Termo de Securitização de Créditos Imobiliários da 1ª e 2ª Séries da 88ª Emissão de Certificados de Recebíveis Imobiliários da Canal Companhia de Securitização" (Termo de Securitização), nos termos da Resolução nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), no que couber, a reunirem-se em Assembleia Geral de Titulares dos CRI ("AGT"), em 1ª primeira convocação, a realizar-se no dia 07 de abril de 2026, às 15 horas, de modo exclusivamente digital, inclusive para fins de contabilização de votos, sem a possibilidade de participação presencial. A AGT será realizada por meio de videoconferência na plataforma digital Microsoft Teams, cujo acesso será liberado de forma individual após devida habilitação do Titular do CRI, conforme previsto neste Edital. A AGT será instalada a fim de deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: i. Aprovar a não decretação do Evento de Vencimento Antecipado Não Automático, previsto na cláusula 8.1.2, itens (i) do "Termo da Primeira Emissão de Notas Comerciais Escriturais, em Duas Séries, com Garantia Real e Fidejussória, de Distribuição Privada, da SPE Green USFV Barbacena II Ltda., SPE Green USFV Barbacena III Ltda., SPE Green USFV Barbacena V Ltda., SPE Green USFV Itajubá Ltda., SPE Green USFV Nova Serana Ltda., SPE Green USFV Piumhi I Ltda., SPE Green USFV São João Del Rei I Ltda., SPE Green USFV São João Del Rei II Ltda. e SPE Green USFV São João Del Rei III Ltda" (Termo de Emissão), em razão do desaquecimento do Fundo de Reservas, conforme previsto na cláusula 4.3 e seguintes do Termo de Emissão; ii. Caso aprovado o item (i) acima, conceder prazo adicional de 2 (dois) dias úteis contados da data de formalização da Assembleia, para que a Devedora recomponha o Fundo de Reserva; e iii. A autorização para que o Agente Fiduciário e a Emissora pratiquem todo e qualquer ato, celebrem todos e quaisquer contratos, aditamentos ou documentos necessários para a efetivação e implementação das matérias aprovadas acima. Instruções Gerais: A AGT será realizada de modo exclusivamente digital, de modo que solicitamos que os documentos de representação sejam enviados preferencialmente em até 2 (dois) dias úteis antes da data de realização da AGT para o e-mail agente.fiduciario@bolleivetrust.com.br, com cópia para o e-mail juridico@canalsecuritizadora.com.br, indicando no assunto "Documentos para AGT - CRI Forgreen 88", observando o disposto na CVM 60, e conforme documentação abaixo: a) quando pessoa física: cópia digitalizada de identidade com foto; b) quando pessoa jurídica: (i) último estatuto, regulamento ou contrato social consolidado, devidamente registrado na junta comercial competente; (ii) documentos comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (c) documentos de identidade com foto dos representantes legais; c. quando Fundos de Investimentos: (a) último regulamento consolidado; (b) último estatuto ou contrato social consolidado devidamente registrado na junta comercial competente, do administrador ou gestor, observando a política de voto do fundo e os documentos comprobatórios de poderes em assembleia geral; (c) documentos societários comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (d) documentos de identidade com foto dos representantes legais; e d. quando representado por procurador: caso qualquer Titular de CRI indicado nos Itens acima venha a ser representado por procurador, além dos documentos indicados anteriormente, deverá ser encaminhada a procuração com os poderes específicos de representação na AGT. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer o seu direito de voto, sem necessidade de ingressar na videoconferência, enviando a correspondente Instrução de Voto à distância à Emissora, com cópia para o Agente Fiduciário. Encontram-se à disposição dos Srs. Titulares de CRI, nas páginas da Securitizadora (<https://www.canalsecuritizadora.com.br>) e da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br) - Sistema Fundos.NET, bem como na sede da Securitizadora, os documentos necessários para deliberação da ordem do dia, bem como as informações acerca do envio dos documentos comprobatórios de representação e demais instruções e formulários referentes ao sistema e formato da AGT. Os termos ora utilizados em letras maiúsculas e aqui não definidos terão significados a eles atribuídos no Termo de Securitização e nos demais Documentos da Operação (conforme definido no Termo de Securitização).

São Paulo, 17 de março de 2026

Alejandro Merino - Diretor de Securitização

VERÃO:

Sol com algumas nuvens.
Pancadas de chuva à tarde e à noite.

CRIME SEM CASTIGO

Câmeras de PMs da morte de médica estavam desligadas

As câmeras corporais dos três policiais militares envolvidos na ação que terminou com a morte da médica Andréa Marins Dias, de 61 anos, no domingo passado, estavam descarregadas. A médica morreu após ser atingida durante uma suposta troca de tiros entre policiais militares e criminosos em Cascadura, na zona norte da capital fluminense.

De acordo com a PM, "as análises preliminares dos setores técnicos da Corporação identificaram que as baterias das câmeras corporais utilizadas pela equipe estavam des-

carregadas no momento da ocorrência". Os policiais são lotados no 9º Batalhão, de Rocha Miranda. A Secretaria de Estado de Polícia Militar diz que os "fatos seguem sob apuração integral da área correcional" e que os policiais envolvidos na ação estão afastados das ruas. "Vale ressaltar que na corporação existem normas rígidas que determinam que os policiais, ao perceberem que há qualquer tipo de falha ou mau funcionamento das câmeras, devem regressar à unidade de origem para substituição dos equipamentos", diz em nota.

A PM fazia um patrulhamento quando recebeu a informação de que um veículo Corolla Cross seria responsável por roubos na região. Segundo o registro policial, os oficiais localizaram o carro, além de uma moto e um Jeep Commander. Os suspeitos teriam fugido e disparado contra os policiais, que revidaram. Após a perseguição, os policiais encontraram o corpo de Andrea, com perfurações de disparos de arma de fogo, no banco do motorista de um Corolla Cross. Não há informações se o carro de Andrea era o mesmo que estava sob suspeita.

A secretaria de Polícia Militar diz que, por determinação do secretário de Estado de Polícia Militar, foi instaurado um procedimento apuratório para apurar os fatos ocorridos durante a ação, que resultou na morte da vítima. A PM diz que a Secretaria de Estado de Polícia Militar colabora integralmente com as investigações conduzidas pela Delegacia de Homicídios da Capital (DHC). O caso foi encaminhado para a Delegacia de Homicídios (DH-Capital), que informou que "diligências estão em andamento para apurar os fatos".

IRREGULARIDADE

Fux suspende parte de regras da Alerj para eleição indireta

ANDRÉ RICHTER/ABRASIL

O ministro Luiz Fux, do Supremo Tribunal Federal (STF), suspendeu ontem trechos da lei do estado do Rio de Janeiro que estabeleceu novas regras para eleição indireta aos cargos de governador e vice-governador. O ministro suspendeu os trechos que autorizaram a realização de votação aberta, nominal e presencial na Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (Alerj) e reduziu para 24 horas o prazo de desincompatibilização para os interessados em concorrer aos cargos. Fux atendeu ao pedido de suspensão feito pelo PSD. O partido alegou que as alterações são inconstitucionais. "Tudo sugere que a dupla vacância na chefia do poder executivo do estado do Rio de Janeiro ocorra logo no início do próximo mês, sendo de rigor assegurar a observância das regras constitucionais para as eleições indiretas vindouras", afirmou o ministro.



FABIO RODRIGUES POZZEBOM/ABRASIL

A lei com as novas regras para eleição indireta no Rio foi sancionada na semana passada pelo governador do estado, Cláudio Castro, que deve deixar o cargo no início do próximo mês

para disputar uma vaga ao Senado nas eleições de outubro. O prazo de desincompatibilização termina no dia 4 de abril, seis meses antes do primeiro turno.

A eleição indireta deverá ser realizada porque o ex-vice-governador Thiago Pampolha deixou o cargo para assumir uma vaga no Tribunal de Contas do estado.

DOENÇA

Mortes por câncer colorretal devem aumentar quase 3 vezes até 2030

TÂMARA FREIRE/A BRASIL

O número de mortes por câncer colorretal no Brasil deve aumentar quase três vezes no período de 2026 a 2030, em comparação com dados de 2001 a 2005. Pesquisadores de instituições brasileiras e do exterior estimam que cerca de 127 mil pessoas vão morrer por causa da doença ao longo desses cinco anos, contra 57,6 mil óbitos ocorridos no período de comparação. Os dados foram publicados em artigo na revista The Lancet Regional Health Americas e mostram ainda que o aumento deve ser de 181% entre os homens e 165% entre as mulheres. Considerando todo o período, de 2001 a 2030, as mortes pela doença devem ultrapassar 635 mil. A pesquisadora do Instituto Nacional do Câncer (Inca) Marianna Cancela explica que esse aumento da mortalidade acompanha a alta de casos da doença. O câncer colorretal é o segundo tipo de câncer mais incidente e o terceiro mais mortal no país. De acordo com Marianna Cancela, isso se deve ao envelhecimento da população, mas também a alguns hábitos nocivos. A pesquisadora aponta o consumo excessivo de ultraprocessados e a falta de atividade fi-

sica como fatores de risco importantes para a doença. "E esse é um risco que tem iniciado cada vez mais cedo, já desde criança. Com isso, a gente vê não só o aumento dos casos de câncer colorretal, como também o aumento de casos em pacientes mais jovens". Outro fator que contribui para a alta mortalidade por esse tipo de câncer, de acordo com Marianna Cancela, é que cerca de 65% dos casos só são diagnosticados em estágios avançados, o que dificulta o tratamento. Isso se deve a características da doença, que não costuma manifestar sintomas no início, mas também a dificuldades de receber assistência adequada, especialmente nas regiões mais remotas e menos desenvolvidas do país. Por isso, os pesquisadores defendem a redução dessas desigualdades e a adoção gradual de um programa de rastreamento, com a realização de exames preventivos que detectem a doença ou sinais de alerta antes do início dos sintomas. O grupo também ressalta a importância do diagnóstico precoce em casos sintomáticos e do tratamento adequado.

CUSTOS SOCIAIS

A pesquisa também mediu

alguns custos sociais e econômicos da mortalidade por câncer colorretal, considerando estimativas de quanto tempo a mais esses pacientes poderiam viver. Em média, as mulheres brasileiras que morreram por este tipo de câncer perderam 21 anos de vida e os homens, 18. Entre 2001 e 2030, as mortes pela doença somam 12,6 milhões de anos potenciais de vida perdidos e Int\$ 22,6 bilhões em perdas de produtividade. A unidade monetária Int\$ se refere ao dólar internacional, medido usada para comparar valores entre países, levando em conta o custo de vida local. Marianna ressalta que os dados são importantes para mostrar qual a dimensão do câncer para a sociedade, além das vidas perdidas. "E também servem para embasar políticas públicas, porque a gente vê o quanto o país está perdendo por não conseguir avançar na prevenção, no rastreamento e no tratamento", explica. O estudo encontrou ainda diferenças regionais significativas nesses indicadores. Por um lado, as regiões Sul e Sudeste, que são mais populosas e têm maior proporção de idosos, concentram cerca de três quartos das mortes, e por isso sofrem maior

impacto econômico. No entanto, os maiores aumentos relativos na mortalidade e na perda de produtividade devem ocorrer nas regiões Norte e Nordeste. Para os pesquisadores, a principal explicação está nos "indicadores socioeconômicos e de infraestrutura piores em comparação com as demais regiões do país". Mas eles também consideram que as populações dessas regiões progressivamente vêm adotando padrões de comportamento nocivos, já estabelecidos no Sul e Sudeste. O tabagismo é o único fator de risco cuja prevalência tem diminuído nas últimas décadas. "O padrão alimentar no Brasil tem piorado nas últimas décadas, com redução do consumo de alimentos saudáveis e aumento do consumo de alimentos processados e ultraprocessados. Paralelamente, houve aumento da prevalência de consumo de álcool e de inatividade física", alertam. O estudo cita a promoção de estilos de vida saudáveis como política pública permanece um desafio, mas deve ser uma estratégia primária para prevenir e controlar o câncer colorretal, bem como outros cânceres e doenças crônicas não transmissíveis.

ALERJ

Ferros-velhos serão fechados se venderem fios de cobre roubados

DOUGLAS CORRÊA/ABRASIL

Ferros-velhos no estado do Rio poderão ser interditados ou fechados, quando houver flagrante de comercialização de rolos e fios de cobre pertencentes a concessionárias de serviço público. É o que determina o projeto de lei aprovado pela Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (Alerj), na terça-feira passada. A medida é de autoria original do deputado Cláudio Caiado (PSD). O texto seguirá para o governo do estado, que tem 15 dias para sancionar ou vetar a medida. A interdição cautelar será pelo prazo de até 180 dias, quando houver flagrante, desde que comprovada a origem ilícita do material por meio de perícia da policial ou auto de reconhecimento da concessionária de serviço público. O fechamento pode ocorrer em caso de reincidência, após o estabelecimento já ter sido

interditado cautelarmente, garantido o devido processo legal, assegurados o contraditório e a ampla defesa. **AGILIDADE** A proposta permite a interdição cautelar mesmo sem a aplicação de multa, que deverá ser ratificada em até 30 dias. A medida complementa a lei, que estabeleceu medidas administrativas, como multas, para combater o roubo, furto e receptação de cabos, fios metálicos, geradores, baterias, transformadores e placas metálicas. "Atualmente, a norma prevê sanções como multa e cancelamento da inscrição estadual, mas não impede que ferros-velhos clandestinos e estabelecimentos irregulares continuem operando. Com a interdição cautelar, será possível agir rapidamente para coibir essas práticas criminosas, sempre garantindo o direito à defesa e a revisão da medida pelo órgão competente", explicou Caiado.

IMUNIZAÇÃO

Caso confirmado de sarampo acende alerta sobre cobertura vacinal

TÂMARA FREIRE/ABRASIL

A confirmação de um caso de sarampo em uma bebê de 6 meses em São Paulo, na semana passada, acendeu novamente o alerta sobre a importância de manter altas coberturas vacinais como uma barreira para proteger quem ainda não pode ser imunizado. A bebê ainda não tinha idade para receber a vacina, já que o calendário do Sistema Único de Saúde prevê a aplicação da primeira dose da tríplice viral aos 12 meses, o que garante a proteção contra o sarampo, a caxumba e a rubéola. Aos 15 meses, as crianças devem receber uma dose da tetra viral, que reforça a imunidade contra essas três doenças e acrescenta a catapora na lista. De acordo com o vice-presidente da Sociedade Brasileira de Imunizações, Renato Kfour, quando a cobertura está alta, os bebês mais novos ficam protegidos pela barreira criada por quem já se vacinou. "A vacina do sarampo também impede a infecção e a transmissão com alta efetividade. Ela tem essa capacidade, que a gente chama de esterilizante. Além de prevenir que a pessoa contraia a doença, ela também evita que essa pessoa seja um portador e transmissor do vírus", explica Kfour. A bebê diagnosticada com sarampo viajou com a família para a Bolívia em janeiro. O país vizinho vive um surto de sarampo desde o ano passado, e a alta cobertura também é essencial para impedir que casos importados como esse iniciem surtos dentro do Brasil. "O sarampo é uma doença de altíssima transmissibilidade, especialmente entre os não vacinados. A imunização em altas taxas é o que funciona como barreira na circulação do vírus. Mas se isso não acontecer, não é nem necessário que alguém viaje e contraia o vírus lá fora. Basta ficar aqui, com tanta gente vindo de outros países onde há surto, que o risco é o mesmo", alerta o vice-presidente da Sbm. No ano passado, 92,5% dos bebês receberam a primeira dose, mas apenas 77,9% completaram o esquema na idade correta. Proteção para toda a vida

Os bebês vacinados dentro do tempo ficam protegidos ao longo da vida, mas crianças e adultos que não têm comprovante de vacinação devem receber a vacina. Dos 5 aos 29 anos, recomenda-se duas doses, com intervalo de um mês. Dos 30 aos 59 anos, é necessária apenas uma dose. A vacina só não pode ser tomada por gestantes e pessoas imunocomprometidas. O caso na bebê em São Paulo foi o primeiro registro da doença no país neste ano, mas, no ano passado, outras 38 infecções foram confirmadas, a maior parte com origem importada. Ainda assim, o país segue com o certificado de área livre da doença, concedido pela Organização Pan-Americana de Saúde em 2024, porque, felizmente, não há transmissão sustentada de sarampo no nosso território. No entanto, o Brasil já havia conquistado esse certificado antes, em 2016, e acabou perdendo em 2019, após surtos que começaram com casos importados. **ALERTA NAS AMÉRICAS** O continente americano vive uma situação preocupante com relação à doença. No ano passado foram registrados 14.891 casos em 14 países, com 29 mortes. Já este ano, somente até o dia 5 de março, foram 7.145 infecções confirmadas. Isso significa que, em apenas dois meses, foi detectada quase metade de todos os casos do ano passado. A situação é mais grave no México, Estados Unidos e Guatemala. Kfour reforça que, independentemente do país, a grande maioria dos casos ocorreu em pessoas não vacinadas, principalmente crianças menores de 1 ano. E, ao contrário do que muita gente pensa, não se trata de uma doença inofensiva da infância. "Nos surtos, em geral, para cada 1 mil casos da doença, a gente costuma ter um óbito, mas estamos registrando uma proporção muito maior. No ano passado, foram quase 15 mil casos nas Américas, com quase 30 óbitos. As complicações mais comuns são pneumonia ou quadros neurológicos, como encefalite".

BANGU 8

Dois condenados pela morte de Marielle são transferidos para o Rio

DOUGLAS CORRÊA/ABRASIL

O ex- conselheiro do Tribunal de Contas do Tribunal de Contas do Rio (TCE-RJ), Domingos Brazão, um dos condenados pela morte da vereadora Marielle Franco e do motorista Anderson Gomes, já está desde a tarde de ontem no presídio Pedorlino Werling de Oliveira, conhecido como Bangu 8, no Complexo Penitenciário de Gericinó, zona oeste do Rio.

Ele foi transferido por determinação do ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), em decisão tomada no último sábado.

Brazão foi condenado a 76 anos e três meses de reclusão por organização criminosa armada, dois homicídios qualificados e um homicídio qualificado tentado e cumpria pena em Porto Velho (RR).

No dia anterior, nesta terça-feira , o ex-secretário de Polícia Civil do Rio, delegado Rivaldo Barbosa, condenado a 18 anos pelos crimes de obstrução à Justiça e corrupção passiva, no caso Marielle, chegou transferido da penitenciária federal de Mossoró (RN) para cumprir pena no mesmo presídio no Rio.

Na decisão, Moraes escreveu que “ambos foram para presídios federais porque integravam o topo de uma estrutura extremamente violenta” e havia risco de interferência e atuação criminosas.

O ministro do STF explica, no documento, que o cenário se modificou. Não haveria, então, demonstração concreta de risco atual à segurança pública ou “à integridade da execução penal que imponha o afastamento do sistema prisional ordinário”.

STF

Cármem Lúcia relata ameaça de bomba em palestra a estudantes

ANDRÉ RICHTER/ABRASIL

A ministra do Supremo Tribunal Federal (STF) Cármem Lúcia disse ontem que foi comunicada sobre uma ameaça de bomba para matá-la. A declaração foi feita durante uma palestra proferida, na manhã de ontem, a estudantes de direito do Centro Universitário de Brasília (UnICEUB).

Ao discursar sobre representação feminina e o enfrentamento da violência política de gênero, a ministra disse que foi informada de que poderia ser alvo de um atentado à bomba. Ela não deu detalhes sobre a ameaça.

"Vindo para cá, me comunicaram que mandaram uma

bomba para me matar. Estou no meio de estudantes, eles viram meus advogados em dois minutos. Pior para quem mandar. Melhor não mandar. Não sei se é fato, mas estão me ligando. Eu estou vivíssima, cada vez mais", afirmou.

A ministra também citou o aumento da violência de gênero no Brasil e disse que o assassinato constante de mulheres precisa parar.

"Parem de nos matar, porque nós não vamos morrer. Nós, mulheres, decidimos que não vamos morrer, embora os homens tenham decidido que vão nos matar. Tentam nos matar de várias formas. Todas as manhãs há notícia de assassinato de mulheres", completou.

ELEIÇÕES 2026

PL fecha apoio a pré-candidatura de Moro, ao governo do Paraná

GUILHERME CAETANO/AE

O Partido Liberal (PL) fechou apoio à pré-candidatura de Sergio Moro (União-PR) ao governo do Paraná, durante reunião com o senador na sede do partido ontem.

Com isso, os bolsonaristas solucionam o problema da falta de palanque para o senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) no estado, uma vez que o governador Ratinho Junior (PSD) vai disputar a Presidência da República e apoiar seu próprio grupo.

"Nós vamos apoiar o Moro, isso está certo. Agora ele precisa definir a situação dele no União Brasil. E nós vamos tocar para frente", afirmou o presidente nacional do PL, Valdemar Costa Neto, após a reunião.

Moro deve ter uma reunião nesta noite com a federação de seu partido, a União Progressista (União-PP), para tratar da candidatura. Caso não consiga legenda para disputar, o plano B é ele se filiar ao PL.

Valdemar afirmou que a filiação de Moro não ficou definida no encontro desta manhã, mas sugeriu ela ser possível. Na saída do encontro, o senador não quis falar sobre o assunto. "Não ficou definido nada disso. Ele (Moro) vai conversar agora para ver o que é melhor

CPI DO CRIME

Aprovado pedido para investigar beneficiários do Banco Master

LUCAS PORDEUS LEÓN/ABRASIL

A Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Crime Organizado do Senado aprovou, ontem, requerimentos que buscam aprofundar as investigações sobre o esquema de fraudes do Banco Master, incluindo pedido de informações sobre os beneficiários finais dos fundos vinculados ao Master e à Reag Investimentos.

Por outro lado, a maioria da Comissão rejeitou, por seis votos contra dois, o pedido de quebra dos sigilos bancário e fiscal do ex-ministro da Fazenda Paulo Guedes que vem sendo apontado por parlamentares governistas como possível facilitador da fraude do Master por meio de políticas e resoluções normativas de desregulação do mercado financeiro.

Também foi rejeitado, por seis votos contra quatro, o pedido para convocar para CPI o presidente do Partido Liberal (PL), Valdemar da Costa Neto, como testemunha. Valdemar revelou, em entrevista, que o cunhado de Daniel Vorcara, Fabiano Zettel, doou R\$ 3 milhões para campanha de Bolsonaro, além de doações ao então candidato ao governo de São Paulo, Tarcísio de Freitas.

Por outro lado, a Comissão aprovou a convocação da ex-noiva de Vorcara, a empresária e influenciadora Martha Graeff, que teria recebido imóvel de R\$ 450 milhões do banqueiro. Os parlamentares apontam que a medida pode configurar ocultação de patrimônio.

Também foi aprovado a convocação de dirigentes e sócios e a quebra de sigilos fiscal, bancário e telefônico da Prime Aviation, empresa ligada à Vorcara



LULA MARQUES/ABRASIL

usada para transportar aliados e parceiros em voos particulares.

A autora dos requerimentos, a senadora Soraya Thronicke (Podemos/MG), justificou que a empresa seria “peça central” na rede de companhias usadas para lavagem de dinheiro, “que cedeu a aeronave para que o deputado Nikolas Ferreira (PL-MG) realizasse campanha para Jair Bolsonaro em 2022, demonstrando a proximidade do grupo com o núcleo político investigado”.

Foi aprovado ainda a convocação do ex-governador do Mato Grosso (MT), Pedro Taques, que tem denunciado fraudes em crédito consignados que teriam causado prejuízos a servidores estaduais.

BENEFICIÁRIOS FINAIS

O relator da CPI do Crime Organizado, senador Alessandro Vieira (MDB-SE), apresentou

requerimento para tentar chegar aos beneficiários finais dos fundos de investimento exclusivos ou restritos vinculados, geridos ou administrados pelo Master ou pela Reag Investimentos, ambos envolvidos na investigação sobre a fraude financeira bilionária.

O requerimento aprovado pede a identificação completa dos beneficiários finais desses fundos à Comissão de Valores Mobiliários (CVM), ao Banco Central (BC), à Receita Federal e a Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (Anbima).

“Um desafio imenso nesse trabalho de identificação desse fluxo de lavagem de dinheiro é chegar ao beneficiário final. Hoje você usa várias camadas de fundos para ocultar o verdadeiro destino e o verdadeiro dono do dinheiro”, explicou o relator. Alessandro Vieira argumenta

que esses fundos são, não raro, desvirtuados para fins criminosos. “O capital ilícito é inserido no mercado financeiro formal e distanciado de sua origem criminosa por meio de sucessivas transações aparentemente regulares”, escreveu o parlamentar no requerimento.

REJEITADOS

A oposição reclamou dos requerimentos apresentados para quebra de sigilos fiscal e bancário de integrantes do governo de Jair Bolsonaro, como o ex-ministro Paulo Guedes, e o pedido de convocação de Valdemar da Costa Neta, que acabaram rejeitados.

Também havia pedidos de quebra de sigilos do ex-presidente do BC Roberto Campos Neto, além João Roma, ex-ministro da Cidadania de Bolsonaro. Os requerimentos de Campos Neto e Roma acabaram retirados.

ABC

Mujica receberá título Doutor Honoris Causa de universidade

PEDRO RAFAEL VILELA/ABRASIL

O ex-presidente do Uruguai e ícone da esquerda latino-americana José Pepe Mujica, que morreu no ano passado aos 89 anos, receberá o título de Doutor Honoris Causa pela Universidade Federal do ABC (UFABC).

A cerimônia está marcada para hoje, no Centro de Formação e Educação Permanente

(Cenforpe), em São Bernardo do Campo (SP).

Lucía Topolansky, ex-vice-presidenta do Uruguai e companheira de vida e trajetória política de Mujica, e o presidente Luiz Inácio Lula da Silva participam do evento.

A concessão da honraria foi aprovada pelo Conselho Universitário em junho de 2024, um ano antes da morte de Mujica.

INCONSTITUCIONALIDADE

AGU dá parecer contrário à flexibilização do estupro de vulnerável

ANDRÉ RICHTER/ABRASIL

A Advocacia-Geral da União (AGU) enviou nesta quarta-feira ao Supremo Tribunal Federal (STF) parecer pela inconstitucionalidade de decisões judiciais que flexibilizaram o crime de estupro de vulnerável contra crianças e adolescentes.

O parecer foi anexado a uma ação direta de inconstitucionalidade protocolada pelo PT. O partido pretende impedir a ratificação do entendimento de que menores de 14 anos não possuem capacidade para consentir a prática de atos sexuais.

Conforme o Artigo 217-A, do Código Penal, praticar ato libidinoso e ter conjunção carnal com menor de 14 anos é crime.

Apesar do texto da lei, diversas decisões da Justiça entendem que relacionamento íntimo

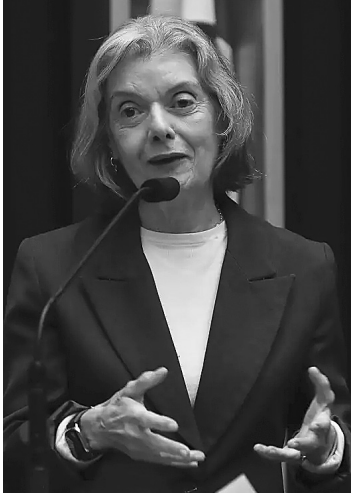
com menores pode ser considerado consensual, como ocorreu no caso do desembargador que absolveu um homem acusado de estupro contra uma menina de 12 anos, em Minas Gerais.

“As decisões judiciais introduzem não apenas instabilidade normativa, criando cenário de insegurança jurídica e tratamento desigual a situações semelhantes, mas também dificultam a atuação preventiva da política pública, fragilizam campanhas educativas e estratégias de conscientização”, afirmou o órgão. A ação é relatada pela ministra Cármem Lúcia (**foto**). A data do julgamento ainda não foi definida.

CASO DE MINAS GERAIS

No final de fevereiro, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) determinou o afastamento do desembargador Magid Nauef

LULA MARQUES/ABRASIL



Láuar, da 9ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG).

A medida foi tomada após ele ser alvo de pedidos de investigação por ter proferido voto que

levou à absolvição de um homem de 35 anos acusado de estupro de vulnerável contra uma adolescente de 12 anos e da mãe da menina, que teria sido conivente com o crime.

O acusado e a menina viviam juntos como um casal na cidade de Indianópolis, no Triângulo Mineiro.

Após a repercussão do caso, o CNJ recebeu denúncias de que o magistrado teria praticado delitos sexuais durante o período em que atuou como juiz nas comarcas de Ouro Preto (MG) e Betim (MG).

Dias antes de ser afastado pelo conselho, o desembargador proferiu uma decisão individual e restabeleceu a decisão de primeira instância que condenou o homem e a mãe da adolescente. Ele também determinou a prisão dos acusados.

CRIANÇAS

Lula assina decreto que regulamenta o ECA Digital

PAULA FERREIRA/AE

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva assinou ontem, decreto que regulamenta a lei do ECA Digital.

Sancionada em setembro, a legislação foi criada para proteger crianças e adolescentes na internet. A lei entrou em vigor na terça-feira passada, mas alguns pontos exigiam detalhamento e precisavam ser regulamentados pelo governo federal, o que aconteceu ontem. O presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos), participou da cerimônia de assinatura do decreto no Palácio do Planalto.

Entre os principais pontos do decreto, como o Estadão adiantou, há a previsão de que responsáveis de influenciadores mirins precisem de uma autorização judicial para lucrar com seus conteúdos.

O decreto também proíbe a monetização de conteúdo "vexatório", como exploração e abuso sexual, publicações que retratem crianças e adolescentes de forma erotizada e sexualmente sugestiva, violência física, pornografia, entre outros.

Além da regulamentação do ECA, o presidente assinou outros dois decretos. Um cria o Centro Nacional de Proteção à Criança e ao Adolescente, ligado à Polícia Federal, que ficará responsável por centralizar denúncias a respeito de crimes contra menores no ambiente digital. O outro estrutura a Agência Nacional de Proteção de Dados (ANPD), que ganhará mais cargos e funções para fiscalizar o cumprimento da legislação.

"Todos precisam fazer sua parte para garantir um espaço digital seguro e a responsabilidade primária é das plataformas digitais. Com a nova lei, as plataformas passam a ter obrigação de comunicar crimes à Polícia Federal e de remover imediata-



mente os conteúdos criminosos sem necessidade de ordem judicial", disse Lula. "Estamos dizendo não à adultização precoce de nossas crianças. A infância é para ser vivida em sua plenitude e não sequestrada pelas telas", disse o presidente.

Durante o discurso, o presidente também fez alusão a conservadores que criticam a regulamentação das redes. "Tem gente que se diz a favor da família, mas decide que a internet seja uma terra sem lei, com nossas crianças e adolescentes expostos a todo tipo de perigo", afirmou.

O Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação lançou ainda uma linha de fomento para pesquisa e desenvolvimento de soluções em Inteligência Artificial no valor de R\$ 100 milhões. A ideia é que sejam criadas tecnologias para prevenir e detectar ameaças a crianças e adolescentes na internet, auxiliando os órgãos de segurança.

Lula destacou ainda a mobilização da sociedade civil para

pressionar pela aprovação da lei no Congresso. "A mesma sociedade civil que teve competência de puxar esse debate, de fazer com que a gente fosse capaz de fazer a melhor lei e a melhor regulamentação, precisa continuar trabalhando, orientando, fiscalizando o governo e denunciando as coisas erradas, porque, sem a sociedade civil, só a lei não vai resolver."

Motta citou o vídeo do influenciador Felipe Bressanim, o Felca, que chamou atenção da opinião pública para o problema. O parlamentar também ressaltou que o Congresso lidou com o tema de maneira célere.

"Cada vez mais, eles (crianças e adolescentes) estavam com acesso irrestrito a conteúdos que não foram pensados para suas idades. E, pior, em muitos casos foram sordidamente elaborados para vitimá-los", disse.

Durante sua fala, Motta afirmou que a saúde mental e a segurança de crianças e adolescentes estão em jogo. E que "as plataformas devem acatar as ob-

rigações impostas, e a família e a escola devem estar preparadas para fazer sua parte e aprender a dialogar com esse novo mundo.'

AFERIÇÃO DE IDADE

A lei do ECA Digital determina que haja verificação de idade para que crianças e adolescentes acessem determinadas plataformas. O mecanismo deve substituir a autodeclaração que ocorria até então, quando os usuários apenas clicavam em um botão afirmando ter mais de 18 anos. O decreto assinado por Lula nesta tarde determina que a ANPD será responsável por emitir diretrizes a respeito de quais os mecanismos confiáveis para fazer essa aferição etária.

Como o Estadão mostrou, a ANPD estuda fazer uma espécie de manual com critérios mínimos a serem exigidos das ferramentas de verificação de idade. Entre eles estão acurácia; não discriminação, garantindo que levem em conta a diversidade étnica da população; e transparência.

SEGURADOS

Câmara aprova projeto que vincula bolsistas de pesquisa à Previdência

VICTOR OHANA/AE

A Câmara dos Deputados aprovou, ontem, um projeto de lei que inclui como segurados obrigatórios da Previdência Social os bolsistas de mestrado, doutorado e pós-doutorado. A matéria foi encaminhada ao Senado.

O dispositivo inclui na Lei da Previdência Social "a pessoa física, com idade igual ou superior a 16 anos, que exerça, no Brasil ou no exterior, atividade como bolsista de mestrado ou doutorado, regularmente matriculada em programa de pós-graduação stricto sensu devidamente credenciado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoa de Nível Superior (Capes), ou como bolsista de pós-doutorado em programa de pesquisa devidamente aprovado por uma agência de fomento oficial, e que perceba bolsa de formação ou de pesquisa".

A alíquota de contribuição será de 11% e incidirá somente sobre o limite mínimo mensal do salário de contribuição, excluindo o direito ao benefício

de aposentadoria por tempo de contribuição. A agência oficial de fomento fica obrigada a arrecadar e a recolher a contribuição devida pelo bolsista, mediante desconto sobre a respectiva bolsa de formação ou de pesquisa, até o vigésimo dia do mês seguinte ao da competência.

A proposta veda a redução dos valores e do quantitativo de bolsas de formação ou de pesquisa concedidas por agências oficiais de fomento federais no exercício financeiro posterior à publicação da lei. As regras entram em vigor em 90 dias após a sanção.

Questionado pelo Broadcast Político, o relator da proposta, deputado Ricardo Galvão (Rede-SP), sustentou que não há impacto fiscal com a medida.

A Associação Nacional de Pós-Graduandos defende o projeto. "Os pós-graduandos passarão a contar com direitos previdenciários fundamentais, assegurando proteção social em momentos de vulnerabilidade", diz nota da entidade.

MATOU A FILHA

SP aprova em primeira votação troca de nome da Rua Peixoto Gomide

MALU MÔES/AE

A Câmara Municipal de São Paulo aprovou em primeira votação ontem, a troca do nome da Rua Peixoto Gomide, localizada entre os bairros Bela Vista e Jardim Paulistano, na região central da capital, para Rua Sophia Gomide.

Para a mudança ocorrer, o projeto de lei ainda precisa ser aprovado em 2ª votação e sancionado pelo prefeito Ricardo Nunes (MDB).

O nome da via homenageia o político Francisco de Assis Peixoto Gomide Júnior, que, em 1906, matou a própria filha, Sophia Gomide, às vésperas do casamento dela. Peixoto Gomide, então senador por São Paulo, suicidou-se em seguida.

O projeto de lei é de autoria das vereadoras Luna Zarattini

(PT) e Silvia Ferraro (Psol). A proposta determina que a rua seja rebatizada com o nome da vítima, Sophia Gomide, para promover uma "reparação histórica".

Em 1914, a Câmara Municipal homenageou o senador ao aprovar um projeto que batizou uma das travessas da Avenida Paulista com o nome de Peixoto Gomide. "Sophia sequer foi citada ou recebeu qualquer homenagem", dizem as parlamentares.

Os motivos que levaram ao crime são incertos. De acordo com a pesquisadora Maíra Rosin, que fez um levantamento de ruas batizadas com nomes de homens que assassinaram esposas, amantes e filhas, em trecho citado pelas vereadoras, jornais da época atribuíram o assassinato a "uma alucinação" de Peixoto.

SENADO

Alcolumbre critica Valdema Costa Neto: há pessoas mitômanas

NAOMI MATSUI/AE

O presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP), subiu o tom ontem, contra o presidente do PL, Valdema Costa Neto, disse que há pessoas "mitômanas" e que nunca tratou com ele de uma votação dos vetos da dosimetria ou de uma Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) sobre o banco Master. A mitomania é a compulsão pela mentira.

"Fiquei estarelecido com as declarações do presidente do PL, ao qual tenho grande respeito. Não me posicionei em relação àquela fala dele até hoje, porque vivemos tantas agressões, ofensas e mentiras, que estou impossibilitado de, a todo instante, responder agressões, ataques e mentiras. Aquilo é uma doença, chama-se mitômano, a pessoa que mente reiteradas vezes e acre-

ditava em suas mentiras. Como não sou médico, não quero fazer consulta pública ao ex-deputado e presidente do PL, Valdema Costa Neto", declarou Alcolumbre durante sessão no Senado.

"Absolutamente nunca tratei com Valdema Costa Neto em relação a esse assunto da sessão do Congresso, da votação dos vetos da dosimetria ou CPMI do Banco Master", continuou.

A declaração veio depois de o senador Eduardo Girão (Novo-CE) questioná-lo sobre uma declaração de Valdemar Costa Neto. "Teve uma fala que reverbera muito negativamente, do presidente do PL, Valdemar Costa Neto, de que o senhor estaria deixando uma precondição de deliberar uma sessão do Congresso para derrubar ou não veto da dosimetria se não se cobrasse tanto a CPMI do banco Master", disse Girão.

PEDIDO DA PF

Mendonça prorroga inquérito sobre Banco Master por 60 dias

LAVÍNIA KAUCZ/AE

O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) André Mendonça prorrogou por mais 60 dias o inquérito que apura irregularidades na tentativa de compra do Banco Master pelo Banco de Brasília (BRB). Ele atendeu a um pedido da Polícia Federal (PF), que disse precisar de novas diligências para esclare-

cer os fatos.

"A Polícia Federal requer nova prorrogação de prazo para a realização de diligências reputadas imprescindíveis para o esclarecimento dos fatos. Considerando-se as razões apresentadas pela autoridade de polícia judiciária federal, defiro o pedido, prorrogando o inquérito por mais 60 dias", diz a decisão, que também intimou a Procurado-

ria-Geral da República (PGR) para se manifestar sobre a prorrogação.

Esta é a segunda vez em que o inquérito foi prorrogado. A primeira foi em janeiro, quando o caso ainda era relatado pelo ministro Dias Toffoli. Ele saiu da relatoria após a PF entregar ao Supremo um relatório com citações ao ministro no celular de Daniel Vorcaro, dono do Mas-

ter, que está preso.

A investigação apura a venda de R\$ 12,2 bilhões em carteiras falsas de crédito ao BRB e uma estrutura de ativos inflados que teria elevado artificialmente o patrimônio do Master. Entre os investigados estão diretores do Master e do BRB, além de empresários e ex-executivos ligados às instituições financeiras.

MAIS GASTOS

Senado aprova projetos para criar cargos e dar reajustes a órgãos

NAOMI MATSUI/AE

O Senado aprovou ontem, três projetos para criar cargos e dar reajustes ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ), ao Ministério Público da União (MPU), ao Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) e à Defensoria Pública da União. O impacto estimado total é de R\$ 243 milhões em 2026. As três propostas seguem para sanção.

CNJ

O Projeto de Lei 5.490/2025 cria 50 cargos efetivos de analista judiciário, 70 de técnico judiciário, além de 20 cargos em comissão (nível CJ-3) e 100 funções comissionadas (nível FC-

6). A implementação, porém, será gradual e dependerá de autorização expressa na lei orçamentária anual. O impacto estimado é de cerca de R\$ 40 milhões em três anos, sendo R\$ 10 milhões em 2026

O cronograma distribui nomeações e designações entre 2026, 2027 e 2028. Em 2026, por exemplo, estão previstos 10 analistas, 15 técnicos, 10 cargos CJ-3 e 50 funções FC-6. Em 2027, 15 analistas, 25 técnicos e 25 FC-6; e, em 2028, 25 analistas, 30 técnicos, 10 CJ-3 e 25 FC-6.

O texto também determina que as despesas serão cobertas pelas dotações orçamentárias do próprio CNJ no Orçamento Geral da União e que a execução

deverá respeitar a Constituição e a Lei de Responsabilidade Fiscal.

MPU E CNMP

O PL nº 3.879/2024 trata de reajuste dos vencimentos básicos e dos valores de cargos em comissão e funções comissionadas dos servidores do Ministério Público da União (MPU) e do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP).

O texto prevê reajuste escalonado em três parcelas sucessivas e cumulativas de 8%, com início em 1º de julho de 2026 e novas parcelas em 1º de julho de 2027 e 1º de julho de 2028. A relatora, Leila Barros (PDT-DF), afirmou, porém, haver um acordo com o governo para vetar os trechos

dos reajustes de 2027 e 2028.

Com isso, o reajuste só valerá para 2026, com impacto estimado de R\$ 227 milhões. De acordo com Leila, o valor já está previsto no Orçamento.

DPU

Já o Projeto de Lei nº 2004/2024 atualiza o Plano de Carreiras e Cargos dos servidores efetivos, com ajustes nos pontos das gratificações de desempenho da Defensoria Pública da União (DPU).

Quanto ao impacto financeiro, há estimativa de aumento de despesa primária com pessoal e encargos sociais de R\$ 5,8 milhões em 2026 e para cada ano subsequente.

Relações Exteriores

Chanceler diz que risco de fragmentação do Irã preocupa



FELIPE FRAZÃO /AE

O ministro das Relações Exteriores, Mauro Vieira, afirmou ontem, perante o Senado Federal que o risco de fragmentação do Irã, por causa da guerra contra Israel e Estados Unidos, preocupa o governo brasileiro, sobretudo pela atuação de milícias armadas sem comando.

"Há preocupações quanto às possíveis consequências de um eventual fragmentação do Irã, cenário que poderia gerar instabilidade regional, fluxos migratórios em direção à região e proliferação de milícias armadas, atuando de maneira autônoma", disse o chanceler, em audiência no Senado Federal.

Os Estados Unidos e Israel adotaram uma estratégia militar de decapitação das lideranças religiosas, civis e militares iranianas, uma forma de provocar a queda do regime islâmico.

Além do aiatolá Ali Khamenei, então líder supremo do Irã, bombardeado no primeiro dia da guerra, já foram mortos dezenas de comandantes militares e, nas últimas horas, Israel comunicou ter executado o ministro de Inteligência, Esmail Khatib, além da morte já confirmada de Ali Larijani, chefe do Conselho Supremo de Segurança Nacional do Irã.

Especialistas internacionais também relatam risco de radicalização do regime, a partir da ameaça existencial e dos seguidos mortes de integrantes da cúpula, que vêm sendo substituídos imediatamente por novos membros das respectivas hierarquias.

As trocas, seguindo as regras do país, indicam uma preparação prévia, e diferentes analistas consideram que o conflito ampliou o poder da linha-dura do regime e o papel da Guarda Revolucionária.

O ministro também disse que o conflito e as tensões militares agravam a busca por armamentos nucleares e que, atualmente, somente há tratativas de ordem bilateral e a ONU "desempenha papel secundário".

Ao abordar aspectos econômicos, Vieira fez uma avaliação genérica de que a interrupção do fluxo no Estreito de Ormuz, rota de 20% do fluxo global de petróleo, afetará gravemente a economia mundial e provocará escassez de produtos e grande inflação.

Ele disse esperar que haja

bom senso entre os dois lados em prol de uma negociação.

O chanceler citou a recente suspensão de sanções contra a Rússia, anunciada pelos EUA, por um mês, para evitar a disparada no preço do petróleo.

Segundo o ministro, o Brasil tem certa autonomia na produção de alimentos e combustíveis, sendo o nono maior produtor mundial de petróleo, mas as oscilações e dificuldades de transporte e navegação poderão gerar impactos muito grandes.

Vieira citou sobretudo a necessidade de busca de diversificação comercial como forma de se proteger de instabilidades. O ministro citou a busca por fornecedores de fertilizantes.

Ele afirmou que a questão é "complexa" para o Brasil, já que o Irã era um grande fornecedor de ureia para o País, insumo usado na agricultura. Na balança comercial, os fertilizantes representavam 79% das exportações iranianas ao Brasil. Ele citou conversas com países africanos e a Bolívia, entre outros.

O ministro afirmou que a comunidade brasileira residente nos 12 países do Golfo e do Oriente Médio atingidos pela guerra soma cerca de 70 mil pessoas, sendo 20 mil no Líbano, 15,5 mil nos Emirados Árabes Unidos e 14,5 mil em Israel.

Segundo Vieira, ele conversou por telefone com nove chanceleres dos países para pedir proteção e facilitação da saída dos brasileiros. Foram negociadas rotas terrestres de saída de Bahrein e Catar, para a Arábia Saudita, inclusive com negociação de vistos excepcionais que permitissem o trânsito por meio de Riade.

O ministro disse que alguns dos chanceleres prometeram tratar os brasileiros como se fossem cidadãos dos seus países. Ele falou por telefone - e chegou a mandar cartas - com os ministros dos Emirados Árabes Unidos, Arábia Saudita, Jordânia, Kwait, Bahrein, Catar, Omã, Líbano e Turquia.

O ministro reafirmou que o governo do Brasil condenou tanto os ataques dos EUA e Israel, que desencadearam a guerra, quanto a retaliação do Irã, que não estava de acordo com o direito internacional, e que os países da região do Golfo atingidos "evitaram" entrar no conflito, o que representaria uma escalada intensa do conflito, e adotaram gestões diplomáticas.

Guerra

Irã ameaça industria de energia de aliados dos EUA

LUCAS PORDEUS LEÓN/ABRASIL

Após sofrer ataques contra infraestruturas energéticas do país, o Irã emitiu um alerta, na terça-feira passada, para evacuação de cinco instalações de processamento de petróleo e gás no Catar, na Arábia Saudita, e nos Emirados Árabes Unidos. Os danos a esses complexos podem aprofundar a crise no mercado global.

"Esses locais agora são alvos legítimos e podem ser atingidos nas próximas horas, instando os moradores locais a se deslocarem imediatamente para locais seguros", diz comunicado da Guarda Revolucionária Islâmica divulgada pela Press TV, empresa de mídia estatal do Irã.

Os locais citados são a refinaria Samref e o complexo petroquímico Al-Jubail, na Arábia Saudita; o campo de gás Al-Hosn, nos Emirados Árabes; além do complexo petroquímico

co Al-Mesaieed e a refinaria de Ras Laffan, ambos no Catar.

A Guarda Revolucionária pede ainda que as pessoas se mantenham afastadas de "qualquer infraestrutura petrolífera associada aos Estados Unidos".

A mídia estatal Fars News, do Irã, citou uma fonte militar do país persa dizendo que "os mercados de energia certamente sofrerão um novo choque, e essas chamadas roubarão a estabilidade dos regimes que apoiam o inimigo na região".

O preço do barril do petróleo Brent no mercado internacional operou em alta de cerca de 5% ontem, vendido a US\$ 108 dólares. O preço dos combustíveis tem subido desde o início da guerra, principalmente, por causa do fechamento do Estreito de Ormuz, por onde trafega cerca de 25% do óleo mundial.

Retaliação

O país persa ameaça bom-

bardear as instalações de países do Golfo Pérsico em retaliação aos bombardeios de Israel e dos Estados Unidos (EUA) contra instalações da indústria petrolífera iraniana em South Pars, considerado o maior campo de gás natural do mundo, na fronteira com o Catar, e contra as instalações de refino de Asa-luyed, na região costeira.

O comunicado das forças de defesa do Irã acrescentou que os governos árabes do Golfo Pérsico ignoraram os avisos do Irã, persistindo em uma "subserviência cega".

"Já alertamos repetidamente seus líderes contra seguirem esse caminho perigoso e arrastarem seus povos para uma grande aposta com seu destino", diz a nota.

Monarquias Reagem

O ministro das relações exteriores do Catar, Majed Al Ansari, disse que o ataque israelense

contra instalações de energia do Irã é uma medida "irresponsável" em meio à escalada do atual conflito.

"Atacar infraestruturas energéticas constitui uma ameaça à segurança energética global, bem como aos povos da região e ao seu meio ambiente. Reiteramos, como já enfatizamos diversas vezes, a necessidade de evitar ataques contra instalações vitais", disse o chanceler da monarquia árabe.

A Arábia Saudita realizou na noite de ontem, na capital Riad, uma reunião com países árabes e islâmicos para discutir a escalada da guerra na região com objetivo "aprimorar a consulta e a coordenação sobre formas de apoiar a segurança e a estabilidade regional".

O país árabe informou que dois mísseis balísticos e um drone foram interceptados ontem na região Leste da Arábia Saudita.

Presidente do Irã confirma morte do ministro da Inteligência do país

O presidente do Irã, Masoud Pezeshkian, confirmou ontem, a morte do ministro da Inteligência do país, Esmail Khatib, após ataques atribuídos a Israel. O líder iraniano classificou o episódio como um "assassinato covarde" e afirmou que a morte colocou o país em luto.

"Estou certo de que seu caminho continuará com mais deter-

minação do que nunca", disse na publicação.

A morte de chefe da Inteligência amplia a escalada, após ataques que já tinham matado outros altos funcionários do regime iraniano.

A ofensiva ocorre na esteira de bombardeios israelenses que já haviam matado Ali Larijani, chefe do Conselho Supremo de

Segurança Nacional do Irã, e Gholamreza Soleimani, comandante de uma milícia alinhada à Guarda Revolucionária.

Do lado israelense, o ministro da Defesa, Israel Katz, afirmou que as forças do país foram responsáveis pela morte de Khatib. "Na noite passada, o ministro da Inteligência do Irã também foi eliminado", disse,

em comunicado.

A guerra entre os Estados Unidos e Israel contra o Irã entrou no 19º dia e matou pelo menos 1.300 pessoas no Irã, mais de 900 no Líbano e 14 em Israel, segundo autoridades desses países. Os militares dos EUA afirmam que 13 militares americanos foram mortos e cerca de 200 ficaram feridos.

Prédio desaba após ser atingido por mísseis israelenses na capital libanesa

Um prédio desabou após ser atingido por mísseis em Beirute, no Líbano, ontem, em meio a ataques israelenses ao país durante a madrugada. Imagens registraram o momento em que o edifício localizado no bairro de Bachoura é atingido. Em poucos segundos, o prédio desaba e a área é tomada por uma nuvem de fumaça.

Segundo moradores e socorristas, os ataques israelenses contra o centro de Beirute, alguns sem aviso prévio, destruíram a ilusão de áreas seguras na capital. "Não há segurança.

Continuaremos expostos a isso. Beirute não é diferente (de outras áreas)", disse o morador da região Hassan Jaber. "Que Deus nos proteja", completou.

O Ministério da Saúde libanês afirmou na manhã de ontem que os ataques nos bairros de Basta e Zuqaq al-Blat, no centro de Beirute, mataram pelo menos 12 pessoas e feriram 41. Ao todo, os ataques israelenses mataram 968 pessoas no país desde o início da guerra entre Israel e o Hezbollah em 2 de março. Entre as vítimas estão 77 mulheres, 116 crianças e 40 profissionais

de saúde, além de 2.432 feridos.

Israel concentrou a maior parte dos ataques contra o grupo Hezbollah no sul do Líbano e nos subúrbios do sul de Beirute. "Hoje, Beirute não é diferente dos subúrbios do sul", disse a capitã do corpo de bombeiros, Neshat Berri, no bairro de Bachoura, onde equipes de emergência trabalhavam em meio aos escombros.

Os ataques de ontem ocorrem em um momento em que o exército israelense enviou mais tropas terrestres para a fronteira com o Líbano. O ministro da De-

fesa israelense, Israel Katz, afirmou que o Hezbollah estava usando as pontes sobre o rio Litani para movimentar combatentes e contrabandear armas.

Na semana passada, ataques israelenses bloquearam importantes estradas e pontes no sul do Líbano, e o ministro das Finanças de Israel, Bezalel Smotrich, ameaçou transformar os subúrbios do sul de Beirute em uma espécie de Gaza. O Banco Mundial estimou que a guerra anterior entre Israel e Hezbollah causou ao Líbano US\$ 6,8 bilhões em danos a infraestruturas.

Reação

Presidente de Cuba promete 'resistência inexpugnável' diante de ameaças de Trump

O presidente cubano, Miguel Díaz-Canel (**foto**), prometeu ontem, uma "resistência inexpugnável" diante das ameaças do presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, de tomar a ilha comunista.

"Diante do pior cenário, Cuba tem uma certeza: qualquer agressor externo se chocará com uma resistência inexpugnável", escreveu Díaz-Canel na rede social X.

Na segunda-feira passada, Trump disse que espera ter "a honra de tomar Cuba, de alguma maneira". Ele também falou em "libertar" a ilha, em meio a conversas com as autoridades de Havana.

Estados Unidos e Cuba negociam o futuro da ilha caribenha governada por comunistas e economicamente sitiada. Segundo fontes a par das negociações ouvidas pelo jornal The New York Ti-



FERNANDO FRAZÃO/ABRASIL

mes, o governo Trump busca afastar o presidente Miguel Díaz-Canel do poder.

A medida derrubaria uma figura-chave, mas manteria no poder o governo comunista que governa Cuba há mais de 65 anos. Os americanos sinalizaram aos negociadores cubanos que o presidente deve sair, mas estão deixando os próximos passos a cargo dos cubanos, disseram as fontes.

Apagão

Cuba viveu um apagão generalizado nesta semana em um contexto de grave crise na ilha devido ao bloqueio energético imposto pelo governo americano. Trump interrompeu os envios de petróleo da Venezuela, principal fornecedor da ilha, e ameaçou com sanções outros países que vendessem combustível ao país.

Nota

EUA DEVEM EXIGIR GARANTIAS DE ATÉ US\$ 15 MIL PARA SOLICITAÇÕES DE VISTO DE MAIS 12 PAÍSES

O Departamento de Estado dos EUA anunciou a adição de 12 países a uma lista crescente de nações cujos cidadãos devem pagar garantias de até US\$ 15 mil para solicitar vistos americanos, a partir de 2 de abril. Os portadores de passaportes do Camboja, Etiópia, Geórgia, Granada, Lesoto, Maurício, Mongólia, Moçambique, Nicarágua, Papua Nova Guiné, Seychelles e Tunísia serão obrigados a pagar a garantia, que é reembolsada se a solicitação de visto for negada ou, se concedida, se a pessoa aderir aos termos do visto. "O programa de garantias de visto já se mostrou eficaz em reduzir drasticamente o número de destinatários de visto que permanecem além do prazo de seus vistos e permanecem ilegalmente nos EUA", disse o departamento, acrescentando que quase 97% das quase mil pessoas que pagaram a garantia não permaneceram além do prazo de seus vistos. Com a adição, ao todo serão 50 nações cujos cidadãos estão sujeitos a essa exigência, que foi implementada pela administração do presidente dos EUA, Donald Trump, no ano passado.